

Preparação do Professor para o Ensino de Alunos com Deficiência: Estudo de Caso em uma Instituição Federal de Ensino

Teacher Preparation for Teaching Students with Disabilities: a case study in a Federal Teaching Institution

Samantha Marina Mafra¹
Sueli Farias Kieling²

Resumo

A educação inclusiva diz respeito a oportunizar o direito de educação para todos. Assim, torna-se primordial a preparação do professor para o atendimento adequado aos alunos com deficiência. O presente estudo foi desenvolvido com o objetivo de averiguar a percepção dos formandos de um curso de especialização em docência profissional em relação à preparação para lecionar para alunos com deficiência. Para tanto, foi analisada a Matriz Curricular do curso, a fim de identificar as unidades curriculares que abordam a inclusão educacional. De forma complementar, foi realizada uma pesquisa com os formandos de 2020, por meio de questionário, com o objetivo de obter a percepção deles quanto à capacitação recebida. A pesquisa é classificada como qualitativa-quantitativa, por meio de análise documental, levantamento e estudo de caso. A partir das análises dos dados, observa-se obtenção de conhecimentos acerca de adaptação de instrumentos de avaliação para alunos com deficiência, bem como relativos às atividades diferenciadas para o atendimento educacional especializado (adequação de materiais, comunicação alternativa e informática acessível). Os resultados indicam que o curso apresenta capacitação suficiente para que os futuros docentes atuem com alunos com deficiência, embora uma ampliação na abordagem do tema, realização de oficina, atividades práticas e outras melhorias seriam bem recebidas.

Palavras-chave: Deficiência. Preparação. Docência.

Abstract

Inclusive education is about providing the right to education for all. Thus, it becomes essential to prepare the teacher for the appropriate care for students with disabilities. The present study was developed with the objective of verifying the perception of the trainees of a specialization course in professional teaching in relation to the preparation to teach to students with disabilities. Therefore, the Curriculum Matrix of the course was analyzed to identify the curricular units that address educational inclusion. In addition, a survey was carried out with the 2020 graduates, through a questionnaire, in order to obtain their perception of the training received. The research is classified as qualitative-quantitative, through document analysis, survey, and case study. From the analysis of the data, it is possible to observe the acquisition of knowledge about the adaptation of assessment instruments for students with disabilities, as well as related to differentiated activities for

¹ Mestranda em Ciências da Educação na Universidad Privada del Guairá; Licenciada em Letras - Português pelo Centro Universitário da Grande Dourados. E-mail: samantha.mafra@hotmail.com

² Doutoranda em Administração no Programa de Pós-Graduação Acadêmico em Administração, da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc). E-mail: sfariaskieling@gmail.com

specialized educational service (suitability of materials, alternative communication, and accessible computing). The results indicate that the course has sufficient training for future teachers to work with disabled students, although an expansion in the approach to the topic, workshop, practical activities, and other improvements would be well received.

Keywords: Deficiency. Preparation. Theaching.

Introdução

O discurso de inclusão escolar com qualidade vem sendo direcionado para que a equidade impeça o fracasso e garanta o acesso, a permanência e a saída bem-sucedida de todos da escola, especialmente dos estudantes dos setores mais desfavorecidos e vulneráveis. No cenário internacional, o direito à uma educação mais inclusiva para todos os alunos nas diversas fases da vida acadêmica está na Declaração de Salamanca, em que os delegados da Conferência Mundial de Educação Especial afirmam:

O compromisso para com a Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e urgência do providenciamento de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino e re-endossamos a Estrutura de Ação em Educação Especial, em que, pelo espírito de cujas provisões e recomendações governo e organizações sejam guiados (NAÇÕES UNIDAS, 1994, p. 1).

Gadotti (1992, p. 3) explica que a “equidade em educação significa igualdade de oportunidades para todos poderem desenvolver suas potencialidades”, e a educação para todos significa acesso de todos à educação. No Brasil, uma das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) é triplicar o número de matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público (BRASIL, 2014). Esta foi uma meta governamental, mas algumas pesquisas vêm apresentando estudos sobre uma elevação na educação com inclusão.

Rebello e Kassar (2017) relataram que entre os anos de 2009 e 2016 houve um aumento das matrículas de classes comuns (escolas tidas como não especiais ou especializadas de educação) em paralelo ao total das matrículas (que engloba classes comuns e classes especiais). Ou seja, as matrículas em escolas comuns agora incorporavam matrículas de alunos advindos de escolas especiais, bem como passaram a atender crianças que até então não frequentavam escola ou passaram a ser identificadas como alunos de educação especial. Outro estudo apresentou uma crescente no público com deficiência na educação de ensino superior. O aumento, segundo os autores, chegou a 933,6% nas matrículas no período entre 2000 e 2010 (MUNGUBA; JOCA, 2019). Assim, percebe-se uma tendência de aumento gradativo no número de matrículas nos cursos de educação profissional e, diante do movimento crescente de inclusão, alunos com deficiência serão bem-vindos, juntamente com seu direito de acesso e permanência.

A educação inclusiva refere-se à uma educação para todos. Gonçalves et al. (2013, p. 266), por exemplo, ressaltaram a importância da produção de um manual de grafia

química em braile, particularmente para o ensino de química, pois o documento “contribui de forma singular para atender à demanda crescente de estudantes cegos no ensino médio.” Ou seja, a educação inclusiva combina a educação regular com a educação especial, sendo assim, não há como dissociar a educação especial da educação inclusiva, pois esta abrange a anterior.

Diante do exposto e considerando a importância da educação inclusiva, especialmente para a educação de pessoas com deficiência, este trabalho apresenta a seguinte questão: Qual a percepção dos formandos de um curso de especialização em docência profissional quanto à preparação para lecionar para alunos com deficiência? Para responder esta pergunta, este trabalho teve por objetivo averiguar a percepção dos formandos de um curso de especialização em docência profissional quanto à preparação para lecionar para alunos com deficiência.

A realidade da educação inclusiva ainda é permeada de incertezas e desafios. A justificativa para esta pesquisa reside neste estudo de caso ao buscar apresentar a relevância da temática e demonstrar a atual situação do problema exposto.

A Inclusão da Pessoa com Deficiência e a Educação Especial

A entrada do século XXI caracteriza-se pela busca constante de alternativas para melhorar a educação, especialmente no contexto brasileiro. Isto significou o surgimento de novas tensões para promoção de uma sociedade mais justa, igualitária e inclusiva. Para Mantoan (2003, p. 12), o “nosso modelo educacional mostra há algum tempo sinais de esgotamento, e nesse vazio de ideias, que acompanha a crise paradigmática, é que surge o momento oportuno das transformações”.

A partir da última década do século XX, as políticas educacionais tiveram uma preocupação relevante em relação aos processos de inclusão social dos alunos deficientes, promovendo discussões sobre a inclusão no âmbito escolar. Destacando-se assim, a importância de valorizar a pessoa com deficiência, favorecendo sua interação ativa com a sociedade e a necessidade de preparar os professores para realizarem com êxito este processo. É importante o entendimento abordado pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, conforme art. 2º da Lei nº 13.146, ao considera pessoa com deficiência:

Aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015).

Assumir a educação inclusiva a partir de uma perspectiva de deficiência contribui em termos epistêmicos para confundir e dissociar os desafios fundadores da abordagem. Além disso, contribui para a ausência de uma matriz epistêmica capaz de promover uma resignificação da ciência educacional, a qual estuda caminhos para promover com sucesso a aprendizagem.

Uma pedagogia da inclusão, entendida como um modelo de pedagogia a ser seguido com o objetivo de atingir de fato a inclusão na educação, não pode ser chamada inclusiva ou para todos se, em seus discursos fundadores, apenas contempla parte de um sistema ontológico, sem visualizar suas especificidades. É preciso aumentar a conscientização em torno da produção discursiva e o papel das intervenções que estão sendo desenvolvidas à luz de um modelo esperançoso, mas contraditório em seus dispositivos práticos.

O aluno com deficiência precisa ser bem acolhido, pois as dificuldades usuais já são bastante expressivas. Hopkins (2011, p. 717) defende que é importante observar quando um aluno “sente que deve escolher uma universidade em vez de outra por razões relacionadas a sua deficiência, uma vez que, na prática, isso significa que estão sendo discriminados”. Neste sentido, a instituição educacional deve estar preparada na sua totalidade para receber estes alunos.

Para Mantoan (2003), a educação inclusiva somente se dará quando o sistema educacional romper com o velho modelo escolar produzido até agora, superando a visão determinista que ignora a subjetividade dos sujeitos. Assim, a efetivação da educação inclusiva requer mudanças estruturais que vão desde a reorganização dos espaços escolares, até as mudanças atitudinais, sem as quais as contradições não são superadas.

Há anos a natureza das transformações sociais na educação nos convida a observar a mobilidade de ações que, dentro da ciência educacional, exigem certas revisões e novas formas de abordagem, como a do modelo de educação inclusiva. O desafio hoje é conscientizar as instituições, seu ensino, e promover quadros abrangentes capazes de repensar suas teorias e práticas de ensino, a partir de uma educação mais consistente com os desafios atuais que cruzam e se materializam na ciência educacional. Em consonância com o exposto até o momento, Duarte (2001, p. 95) apresenta que:

A inclusão é agora uma possibilidade atrativa e relevante para todos os níveis do sistema educacional em geral. Suas definições e intenções, de acordo com as demandas do mundo de hoje, colocam-na como o principal paradigma da educação do século XXI. No entanto, apesar de suas intenções, definições e critérios para sua operacionalização, é necessário reconhecer a ausência de um modelo teórico nesta matéria, capaz de assumir pedagogicamente e epistemologicamente, os desafios que o sustentam e que apontam para ele.

A educação inclusiva é um modelo paradigmático em construção, pois carece de uma matriz epistêmica (do conhecimento real) mais oportuna para os desafios que busca resolver. A educação inclusiva sofreu progressos substanciais nos fenômenos que procura abordar, demonstrando preocupação com todos e revelando a necessidade de promover novas formas de justiça social, a fim de legitimar todos os seus alunos.

A Formação do Professor para a Educação Inclusiva

Para se chegar ao sucesso no que tange a educação inclusiva é necessário que todo o cenário acadêmico esteja preparado: pesquisa, ensino e extensão, além da estrutura física adequada (GUERREIRO; ALMEIDA; SILVA FILHO, 2014). Melhorar a capacidade dos professores é uma preocupação constante, tanto governamental como de setores não-governamentais em toda a profissão docente (BENTLEY-WILLIAMS; GRIMA-FARRELL; LONG; LAWS, 2017). Castanho e Freitas (2006) ressaltam que, a partir das políticas de inclusão, ficou inevitável a preparação da instituição e do docente para receber os alunos com deficiência. Sobre a percepção dos professores com relação à sua capacitação para atender estudantes com deficiência tem-se que:

Os professores do ensino regular consideram-se incompetentes para lidar com as diferenças nas salas de aula, especialmente atender os alunos com deficiência, pois seus colegas especializados sempre se distinguiram por realizar unicamente esse atendimento e exageraram essa capacidade de fazê-lo aos olhos de todos (MITTLER, 2000, apud MANTOAN, 2003, p. 14).

A formação de professores precisa receber uma atenção aprimorada e diferenciada no que diz respeito à sua preparação para trabalhar com alunos com deficiência. Existem cursos de graduação e pós-graduação voltados para a Educação Especial. A Universidade de Santa Cecília (UniSanta) oferece o curso para 2ª licenciatura em Educação Especial, já a Unopar possui o curso de Licenciatura em Educação Especial. Na pós-graduação é possível citar a Universidade La Salle, que oferta a especialização em Educação Especial e Inclusiva, além da Uninter com a especialização em Educação Especial Inclusiva (FARIA, 2019; UNOPAR, 2020; LA SALLE, 2020; UNINTER, 2020).

Estes cursos são específicos para docentes que pretendem trabalhar com esse público, com uma matriz curricular construída pautada pela inclusão. Porém, é necessário pensar na capacitação geral de docentes, pois toda instituição e todo curso estão sujeitos a receber alunos com deficiência. Para Campos (2009), a formação de professores é um processo que envolve tanto conhecimento teórico como conhecimento prático. O autor ressalta que:

Em relação à formação de professores e à Educação Inclusiva, podemos dizer também, que esse encontro está em processo, visto que, nos cursos de formação inicial, esse tema ainda é pouco abordado, geralmente, com um ou dois componentes curriculares que tratam sobre o assunto. Cursos específicos sobre a inclusão escolar no Brasil são oferecidos em nível de graduação (em poucas universidades), extensão e pós-graduação (CAMPOS, 2009, p. 29).

As matrizes curriculares de licenciaturas e pós-graduações voltadas para a educação devem estar formuladas para que seus cursos capacitem seus acadêmicos no atendimento de alunos com deficiência em todos os níveis e modalidades educacionais. De acordo com a Lei nº 13.146 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida,

de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2015).

É válido diferenciar o conceito de capacitação e especialização, visto que a formação a qual este estudo se refere não tem como objetivo formar professores especialistas em educação para alunos com deficiência. Porém, considerando que todos estão sujeitos a trabalhar com esse público, entende-se que é importante que toda formação na área de educação capacite seus acadêmicos para tal. Sobre estes conceitos Araújo (2015, p. 112) expõe que:

No campo específico da formação de professores da EE, a formação inicial conforme a LDBEN de 1996 aponta os dois modelos de professores de EE, o capacitado e o especializado. O capacitado, definido na Resolução CNE/CEB n. 02/2001, é aquele que comprova que em sua formação de nível médio ou superior foram incluídos conteúdos sobre EE. Já os especializados em EE, são os que deverão comprovar formação em cursos de licenciatura em EE ou em uma de suas áreas, ou complementação de estudos ou pós-graduação em áreas específicas da EE, posterior à licenciatura nas diferentes áreas de conhecimento.

Atualmente, os planos e programas desenvolvidos pelo Ministério da Educação do Brasil, em sua tentativa de atender ao ideal inclusivo, estabelecem diretrizes para cada setor de aprendizado, chamando atenção à diversidade. Esta orientação específica por área é defendida por Rodrigues (2012), que afirma que a formação deveria ser feita contemplando cada disciplina, com conteúdo que pudesse conduzir à uma atuação inclusiva. Em relação à modalidade que ocorrem estas formações, Michels (2010, apud. BRIDI, 2011) destaca que os cursos de formação continuada tem sido os mais utilizados para a formação de professores voltados a trabalhar diretamente com o público de alunos especiais.

A partir deste contexto, pondera-se quão importante é o sucesso na formação de docentes para o trabalho com a educação inclusiva. Além de oferecer uma estrutura física bem planejada e matrículas abertas para este público, as instituições de ensino devem receber, bem atender, ensinar e formar os alunos deficientes para haver a inclusão efetiva e necessária.

A Especialização em Docência para a Educação Profissional

Considerando que a educação profissional e tecnológica vem ganhando espaço nas instituições de ensino, estas unidades educacionais estão oferecendo especialização em Docência para a Educação Profissional, a fim de propiciar a melhoria da qualidade do trabalho docente e da qualificação profissional e tecnológica. Em algumas unidades do estado do Rio de Janeiro, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) oferta essa especialização para colaboradores da própria instituição que tenham diploma de curso superior em instituição reconhecida pelo Ministério da Educação (SENAI, 2020).

A Faculdade Unyleya, de Santa Catarina, a Faculdade Dom Alberto e a Universidade do Vale do Taquari (Univates), do Rio Grande do Sul, também oferecem esta formação. Estas instituições destinam-se a atender licenciados, bacharéis e tecnólogos que queiram se capacitar para o exercício do magistério nos componentes curriculares correlatos à sua formação acadêmica (FACULDADE UNYLEYA, 2020; FACULDADE DOM ALBERTO, 2020; UNIVATES, 2020).

A pesquisa em questão aborda a especialização em Docência para a Educação Profissional oferecida por uma Instituição Federal de Ensino de Santa Catarina, a qual visa capacitar professores para lecionar na educação profissional, principalmente nas formações de nível médio. Este curso de especialização possui duração de quatro semestres, somando 690 horas/aulas.

Metodologia

Quanto à tipologia, esta pesquisa classifica-se como levantamento, que segundo Gil (2002, p. 44) é: “... desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Quanto aos procedimentos, ela é documental, ou seja, aquela que utiliza dados que não receberam análise prévia, também chamados de dados primários (RAUPP; BEUREN, 2006). A pesquisa também é classificada como estudo de caso. Segundo Yin (2001, p. 27), a diferença entre este e outros tipos de estudo consiste “na capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências – documentos, artefatos, entrevistas e observações”. O estudo de caso analisa um grupo específico de indivíduos, neste caso, formandos 2020 do curso de Especialização em Docência para a Educação Profissional. Por isto, o estudo não possibilita a generalização dos resultados.

Quanto à descrição do percurso metodológico, o levantamento consistiu na identificação de bibliografia acerca da temática. A parte documental compreendeu a análise da matriz curricular do curso de Especialização em Docência para a Educação Profissional oferecida na instituição pesquisada, com o objetivo de identificar as unidades curriculares que abordam a inclusão educacional.

Quanto à abordagem, este estudo classifica-se como uma pesquisa qualitativa e quantitativa. A classificação quali-quantitativa decorre dos procedimentos executados. Qualitativa porque compreendeu a análise da matriz curricular. Quantitativa porque utilizou-se de questionário para identificar a percepção dos formandos do curso de Especialização em Docência para a Educação Profissional. O questionário é uma ferramenta muito utilizada para coleta de dados primários. Para Moysés e Moori (2007) o questionário é um conjunto de questões elaboradas para gerar os dados necessários para se atingir os objetivos de um projeto de pesquisa. Ainda segundo os autores:

[...] não existe uma metodologia padrão para o projeto de questionários, mas sim recomendações de diversos autores com relação a essa importante etapa do processo de coleta de dados. O sucesso dessa etapa da pesquisa é fundamental

para que a que os dados coletados atendam às necessidades do processo de análise. (MOYSES; MOORI, 2007, p. 2).

O questionário foi criado através do Google Forms e, após autorização da coordenadoria do curso para fins de aplicação desta pesquisa, um questionário de teste foi encaminhado para 12 alunos, tendo um retorno de 6 participantes. Em seguida as respostas foram analisadas para verificar se os participantes conseguiram responder as questões sem dificuldade e se o retorno atendia à expectativa desejada.

Após algumas alterações, que consistiram em suprimir algumas questões e readequar outras para melhor aproveitamento dos dados, o questionário definitivo foi encaminhado para todos os alunos formandos do curso de Especialização em Docência para a Educação Profissional. Ao todo foram enviados 250, com o retorno de 33 respondentes, perfazendo uma representação de 13,2% do total dos acadêmicos do curso.

O questionário foi elaborado em parte com questões de múltipla escolha e parte utilizando-se de escala *Likert*, que variavam entre a opção 1 (discordo totalmente) e a opção 5 (concordo totalmente). O instrumento teve ainda opção de resposta aberta, com o objetivo de possibilitar a apresentação de anseios dos respondentes em questões de avanço no curso. O envio do teste, bem como do questionário definitivo, foi realizado por meio da própria plataforma do curso, na segunda quinzena do mês de outubro de 2020.

Resultados e Discussão

Análise da Matriz Curricular

Com relação aos resultados da análise da Matriz Curricular do curso de Especialização em Docência para a Educação Profissional ofertado pela instituição de ensino pesquisada, percebeu-se que das quatorze Unidades Curriculares oferecidas, apenas uma trata diretamente da educação inclusiva com relação ao aluno com deficiência. A disciplina é nomeada de “Estudos sobre Deficiência na Perspectiva do Modelo Social”, conforme Quadro 1.

De acordo com o apresentado, foi possível identificar que uma, dentre as quatorze disciplinas, apresenta relação direta com o “ensino e deficiência”. A referida Unidade Curricular (UC) oferece uma carga horária de 60 horas e a sua ementa aborda os modelos teóricos sobre deficiência: implicações históricas, conceituais e políticas; eficiência, constituição do sujeito e práticas sociais; deficiência e trabalho; tendências na pesquisa sobre deficiência; interfaces da deficiência com gênero, idade, classe, raça/etnia e orientação sexual; estudante do público-alvo da Educação Especial na interface com a Educação Profissional.

Para a construção do conteúdo dessa unidade foram utilizadas referências bibliográficas de autores como Débora Diniz, Maria Teresa Eglér Montoan e Maria Terezinha da Consolação Teixeira dos Santos e diversos materiais elaborados pelo Ministério da Educação. O curso de especialização ao qual se refere esse estudo oferece

um total de 690 horas, portanto, a unidade curricular mencionada representa 8,7% do total ofertado.

Quadro 1: Disciplinas ministradas no Curso de Especialização em Docência para a Educação Profissional

Introdução à EaD e ao Ambiente Virtual de Aprendizagem;
Epistemologia da Educação Profissional;
Direitos Humanos, Sujeitos da Educação Profissional e Não-violência;
História, Estrutura e Políticas da Educação Profissional no Brasil;
Pesquisa e Extensão na Educação Profissional;
Teorias e Abordagens Educacionais;
Didática para a Educação Profissional;
Observação da Prática Docente;
Gestão Educacional da Educação Profissional;
Prática Docente;
<i>Estudos sobre Deficiência na perspectiva no modelo social;</i>
Educação Inovadora;
Projeto de Pesquisa em Educação Profissional;
Desenvolvimento da Pesquisa em Educação Profissional.

Fonte: Resolução do curso (2018).

Há uma Unidade Curricular que, indiretamente, também trata da educação inclusiva, porém não destinada à educação para alunos com deficiência. Esta unidade é chamada de “Direitos Humanos, Sujeitos da Educação Profissional e Não-Violência”. Possui carga horária de 60 horas e sua ementa aborda: aspectos históricos, identitários e do contexto atual acerca dos direitos humanos; direitos humanos e sujeitos da educação profissional; violências (escolares) e seu contexto; e a educação para a não-violência.

Considerando as duas unidades curriculares como instrumentos de capacitação para a educação inclusiva, observa-se uma representação de 17,4% de carga horária do curso para a educação deste público.

Análise dos dados dos formandos da Especialização em Docência para a Educação Profissional

Na Tabela 1 é possível identificar que 58% do grupo é composto por mulheres e que a idade dos respondentes varia entre 27 e 53 anos, sendo que 60% (maioria) possui até 40 anos de idade. Em relação ao nível de escolaridade, 6% dos participantes possuem apenas a graduação, e quase 78% possuem pós-graduação em nível de especialização ou mestrado, e os demais, em nível de doutorado – o que denota um público bastante qualificado.

Tabela 1: Características dos respondentes

Questionário	Mulheres (%)	Homens (%)	Outro/Opta não dizer	
Gênero do formando	58%	42%	0%	
Questionário	21-30	31-40	41-50	mais de 50
Idade	21%	39%	27%	12%
Questionário	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado
Nível de escolaridade	6%	42%	36%	15%
Questionário	Bacharelado		Licenciatura	
Tipo de graduação (29 respostas)	83%		17%	

Fonte: Dados da pesquisa.

Um dado que chamou bastante atenção é o fato de que 83% dos participantes se formaram bacharéis, ou seja, não receberam conhecimentos referentes à docência que são ministrados nos cursos de licenciaturas. Quando questionados se a formação inicial (em nível de graduação) os capacitou para trabalhar com público de educação inclusiva – com alunos com deficiência e não deficientes conjuntamente, 70% dos participantes responderam que discordam total ou parcialmente (Tabela 2). Este dado confirma uma tendência de que a falta desta habilidade pode estar relacionada à ausência do curso de licenciatura. Tal característica converge com os apontamentos de Mittler (2000, apud. MONTAN, 2003), que menciona que os professores não se sentem competentes para lidar com as diferenças colocadas em sala de aula que atende alunos com deficiência.

Ao serem questionados sobre a relevância e a suficiência dos conteúdos abordados na Unidade Curricular “Estudos sobre deficiência na Perspectiva do Modelo Social” para a preparação para o trabalho com aluno deficiente de forma inclusiva (turmas de alunos com e sem deficiência), 75% concordam com o material proposto (Tabela 2). Portanto, para a maioria dos respondentes o curso é eficiente neste quesito. A percepção desta maioria pode estar vinculada ao conceito de modelo de professores da Educação Especial (EE) capacitados. Segundo Araújo (2015), trata-se daquele professor que estudou conteúdos relacionados à EE de forma não aprofundada (especializada).

Em relação ao desempenho de trabalho dos alunos com e sem deficiência, 70% dos respondentes informaram que concordam (parcialmente ou totalmente), que a Especialização em Docência para Educação Profissional (EDEP) os preparou neste sentido. No entanto, 21% mantiveram-se neutros e 9% discordaram parcialmente (Tabela 2).

Outro dado relevante é o apontamento de 63% dos participantes que opinaram que durante a Especialização em Docência para Educação Profissional obtiveram conhecimentos acerca de adaptação de instrumentos de avaliação para alunos com deficiência. Esta informação representa uma característica importante, especialmente em relação à capacitação do docente para a prática. O dado chama a atenção já que não houve conhecimentos práticos acerca do ensino para alunos com deficiência. Por outro lado, deve-se considerar os 21% dos respondentes que foram neutros, além dos 15% que discordaram total ou parcialmente. Ou seja, 36% não tiveram a mesma percepção (Tabela 2).

Na Tabela 3 verifica-se que em relação aos conhecimentos concernentes às atividades diferenciadas para o atendimento educacional especializado, 17 respondentes mencionaram “adequação de materiais”, seguido de “comunicação alternativa” e “informática acessível”, ambos com 9 respondentes cada. Ainda, 4 respondentes mencionaram Libras (Língua Brasileira de Sinais) e 1 respondente mencionou conhecimento em Braille (sistema de escrita e leitura tátil). Por fim, 2 respondentes informaram não possuir qualquer tipo de conhecimento diferenciado.

Quando questionados sobre a origem de possível conhecimento teórico ou experiência pedagógica em docência de alunos com deficiência: 3 responderam que se refere a curso de graduação; 2 respondentes afirmaram cursos de curta duração ou formação continuada; e 3 informaram originar de prática ministrando aulas. Ainda 1 pessoa informou que se refere a curso de nível fundamental e médio; 11 respondentes informaram não possuir qualquer conhecimento; e, por fim, 14 respondentes informaram que tal conhecimento se origina da Especialização em Docência para Educação Profissional. Com 34 respostas, verifica-se que um dos respondentes informou ter conhecimento em mais de uma categoria*** (Tabela 3).

As respostas demonstram que para obter uma capacitação para docência é preciso buscar cursos específicos que possuem este objetivo, uma vez que os cursos em bacharelado possuem uma visão de capacitação voltada para o mercado de trabalho. Daí a importância da oferta de cursos específicos para docentes que desejam trabalhar com este público. Além disso, é possível constatar que falta uma reformulação das matrizes curriculares de licenciaturas voltadas a este tipo de capacitação.

Para retratar os anseios e possibilidades de avanço do curso considerando esta temática, os respondentes tiveram a oportunidade de apresentar algumas respostas do tipo abertas. Através delas houve sugestões como: ampliação do conteúdo acerca do tema; realização de oficinas e atividades práticas abordando a realidade da sala de aula;

oferta de disciplina voltada à educação para pessoas com deficiência tratando das diversas possibilidades; e até mesmo a proposta de uma pós-graduação tendo este foco de especialização.

Estas respostas coincidem com o que aponta Rodrigues (2012), quando o autor defende que a formação inicial dos professores deveria abarcar o tema da inclusão em cada disciplina da formação. Pela pesquisa é possível ainda corroborar com Campos (2009), que afirma que o tema é pouco abordado nas matrizes curriculares dos professores.

Tabela 2: Dados de formação dos respondentes

Questionário	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Não discordo, nem concordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
A sua formação inicial (em nível de graduação) o capacitou para trabalhar, em conjunto, com alunos com e sem deficiência.	58%	12%	18%	6%	6%
Na UC do curso EDEP “Estudos sobre deficiência na Perspectiva do Modelo Social” foram abordados temas como: Deficiência e trabalho, Estudante do público-alvo da Educação Especial na interface com a Educação profissional e Tecnologia Assertiva. Você acredita na relevância e suficiência desse conteúdo para a sua preparação para o trabalho com aluno deficiente?	0%	6%	18%	42%	33%
Na sua opinião, a EDEP o preparou com conhecimentos suficientes para que você formando possa desempenhar trabalho junto a alunos com e sem deficiência, em conjunto, num sistema inclusivo de educação.	0%	9%	21%	55%	15%
Na sua opinião, durante a EDEP você obteve conhecimentos acerca de adaptação de instrumentos de avaliação para alunos com deficiência.	3%	12%	21%	36%	27%

Fonte: Dados da pesquisa (EDEP - Especialização em Docência para Educação Profissional).

Tabela 3: Dados de formação dos respondentes

Questionário	Comunicação alternativa	Informática acessível	Libras (língua de sinais)	Braille (língua escrita)	Adequação de materiais	Não possui
Você possui conhecimento acerca de atividades diferenciadas com atendimento educacional especializado?	9	9	4	1	17	2
Questionário	Curso de Graduação	Especialização em Docência para a Educação Profissional	Não possui	Cursos de curta duração/ formação continuada	Na prática, ministrando aulas	Nível fundamental e médio
Você possui conhecimento teórico ou experiência pedagógica em docência de alunos com deficiência que advém de: ***	3	14	11	2	3	1

Fonte: Dados da pesquisa.

A pesquisa aponta que o índice de satisfação dos respondentes em relação à capacitação para trabalhar com alunos com deficiência é positivo. Mesmo que a proposta do curso não seja o de formar docentes especialistas na educação inclusiva, a percepção da maioria dos respondentes é satisfatória em relação à esta temática.

Considerações Finais

A educação para pessoas com deficiência é um desafio e precisa ser cada vez mais incorporada para que esta parcela da população se sinta efetivamente acolhida nos seus direitos cívicos mais básicos. Com o intuito de chamar a atenção para este relevante tema, esta pesquisa averiguou a percepção dos alunos de um curso de Especialização em Docência para a Educação Profissional, oferecido por uma Instituição Federal de Ensino de Santa Catarina, em relação à preparação para o ensino de alunos com deficiência. Vale salientar que a proposta deste curso de especialização não é formar especialistas na área da educação inclusiva. Porém, entende-se que é fundamental que todos os cursos de formação na área de educação tenham um olhar para este público. Neste sentido, buscase a relevância do tema, da discussão e da disseminação destes resultados.

Por se tratar de um estudo de caso, em que se busca uma variedade de evidências, esta pesquisa realizou diferentes análises. Primeiramente, a construção do arcabouço teórico, através da pesquisa bibliográfica. Em seguida, a averiguação da matriz curricular do curso e, por fim, a aplicação de um questionário, que possibilitou captar a percepção dos formandos.

A pesquisa bibliográfica apontou que a educação inclusiva no Brasil é um grande desafio multidimensional, com necessidade de repensar os sistemas educacionais de forma a apresentar-se efetivamente como uma prática de ensino. Os professores precisam ser capacitados para atender a todos os alunos, uma vez que a formação recebida possui um papel fundamental no desenvolvimento destes.

As análises realizadas na Matriz Curricular, bem como na ementa, indicam que o curso oferece uma capacitação inicial para a docência de alunos com deficiência, considerando que o tema foi abarcado diretamente em uma das 14 Unidades. Assim, embora a capacitação não seja intensiva, representou uma base positiva na percepção dos alunos. De alguma forma os respondentes sentem-se aptos a atender estudantes deficientes no exercício de sua profissão enquanto professores.

Este diagnóstico pode ser identificado por meio da análise do questionário aplicado com os alunos formandos de um curso de especialização em docência profissional. Mais da metade dos participantes está satisfeita com a abordagem desta temática durante o curso. Além disso, a maioria dos respondentes entende que a “adequação de materiais” foi a prática diferenciada de maior conhecimento no que tange os instrumentos para trabalhar com a educação inclusiva.

Foi possível identificar ainda a existência de capacitação dos formandos quanto à adaptação de instrumentos de avaliação para alunos com deficiência. A maioria dos respondentes possui conhecimentos diferenciados com atendimento educacional especializado como informática acessível, língua de sinais e língua escrita.

Diante do exposto conclui-se que o objetivo do estudo foi cumprido, ou seja, foi possível averiguar a percepção dos formandos de um curso de especialização em docência profissional quanto à preparação para lecionar para alunos com deficiência. Os alunos respondentes percebem uma preparação para a docência para atender ao público com deficiência. Tal preparação vem do estudo de uma Unidade Curricular do curso que aborda diretamente o tema educação inclusiva para alunos com deficiência, a qual compreende bibliografia sobre o tema, além de conhecimento de práticas de adequação de materiais.

Entretanto, convém ressaltar que também foram apresentadas sugestões de melhorias como: ampliação do conteúdo acerca do tema; realização de oficinas e atividades práticas abordando a realidade da sala de aula; bem como de uma disciplina especificamente voltada à educação para pessoas com deficiência, entre outras.

O estudo apresentou duas limitações: a característica da pesquisa por tratar-se de um estudo de caso, e, portanto, não poder fazer generalizações a partir deste resultado; e a baixa parcela de respostas adquiridas com o instrumento, fato comum tratando-se de aplicação de questionário.

Acredita-se que a pesquisa contribua para a discussão da educação inclusiva. Espera-se ainda que os resultados desta pesquisa possam subsidiar a Instituição mantenedora do curso estudado, indicando os pontos positivos observados, bem como possibilitar o aperfeiçoamento na capacitação dos seus docentes.

Trata-se de um estudo inicial e embrionário, mas que pode e merece ser ampliado e explorado. Ainda assim, conclui-se que a maioria dos respondentes da pesquisa percebe relevância sobre o conteúdo ministrado na Unidade Curricular que aborda estudos sobre deficiência. Os respondentes sentem-se preparados pelo curso para atender alunos com deficiência em um sistema inclusivo de educação.

Por fim, sabe-se que o tema é vasto e importante. Os futuros e atuais docentes estão gradativamente buscando capacitação e compreendendo a importância de estarem preparados para melhor atender a todos os alunos. Dada sua devida seriedade, a educação inclusiva é o meio para que todos tenham uma educação efetivamente de qualidade.

Referências

ARAÚJO, B. K. **A formação do segundo professor de turma do estado de Santa Catarina.** Dissertação (Mestrado em Educação). 2015. 248f. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2015.

BENTLEY-WILLIAMS, R. *et al.* Collaborative partnership: Developing pre-service teachers as inclusive practitioners to support students with disabilities. **International Journal of Disability, Development and Education**, v.64, n.3, p.270-282, 2017.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **Plano Nacional de Educação** - Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 20 de outubro de 2020.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência** - Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 02 de outubro de 2020.

BRIDI, F. R. S. Formação Continuada em Educação Especial: o atendimento educacional especializado. **Poiésis - Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**, v. 4, n. 7, p. 187-199, jun. 2011.

CAMPOS, C. M. **Saberes docente e autonomia dos professores**. 2ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

CASTANHO, D. M.; FREITAS, S. N. Inclusão e prática docente no ensino superior. **Revista Educação Especial**, n. 27, p. 1-4, 2006.

DUARTE, N. **Vigotski e o “aprender a aprender”**: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. Autores Associados, 2001.

FACULDADE DOM ALBERTO. **Docência na Educação Profissional**. 2020. Disponível em: < <https://domalberto.edu.br/cursos/docencia-na-educacao-profissional-620-horas/>>. Acesso em: 20 de setembro de 2020.

FACULDADE UNYLEYA. **Faculdade Unyleya oferece diferentes cursos de pós-graduação para professores**. Educamaisbrasil, 2018. Disponível em: <<https://www.educamaisbrasil.com.br/unyleya/noticias/faculdade-unyleya-oferece-diferentes-cursos-de-posgraduacao-para-professores>>. Acesso em 20 setembro de 2020.

FARIA, E. **Licenciatura em Educação Especial EAD da Unisanta é o primeiro do Brasil reconhecido pelo MEC**. Universidade Santa Cecília, 2019. Disponível em: <<https://noticias.unisanta.br/campus/licenciatura-em-educacao-especial-ead-da-unisanta-e-o-primeiro-do-brasil-reconhecido-pelo-mec.>>. Acesso em: 20 de setembro de 2020.

GADOTTI, M. **Indicadores de qualidade da educação escolar**. Seminário o Controle da Qualidade da Educação Escolar, 1992.

GIL, A. C. **Metodologia da pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, F. P. *et al.* A educação inclusiva na formação de professores e no ensino de química: a deficiência visual em debate. **Química Nova na Escola**, v. 35, n. 4, p. 264-271, 2013.

GUERREIRO, E. M. B. R.; ALMEIDA, M. A.; SILVA FILHO, J. H. Avaliação da satisfação do aluno com deficiência no ensino superior. **Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 19, n. 1, p. 31-60, 2014.

HOPKINS, L. The path of least resistance: A voice-relational analysis of disabled students' experiences of discrimination in English universities. **International Journal of Inclusive Education**, v. 15, n. 7, p. 711-727, 2011.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MICHELS, M. H. **Como formar professores para a educação especial?** São Paulo: Click Ciência, ed. 20, 2010.

MOYSÉS, G. L. R.; MOORI, R. G. Coleta de dados para a pesquisa acadêmica: um estudo sobre a elaboração, a validação e a aplicação eletrônica de questionário. **Anais do 27º Encontro Nacional de Engenharia de Produção**, p. 09-11, 2007.

MUNGUBA, M. C.; JOCA, T. T. Educação inclusiva: respeito às diferenças e exercício da cidadania em Instituição de Educação Terciária. **Polyphônia. Revista de Educação Inclusiva/Polyphônia. Journal of Inclusive Education**, v. 3, n. 2, p. 187-198, 2019.

NAÇÕES UNIDAS - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Declaração de Salamanca e Linha de ação sobre necessidades educativas especiais** (Conferência Mundial sobre Educação para Necessidades Especiais - Salamanca). Genebra, 1994.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática.** São Paulo: Atlas, p. 76-97, 2006.

REBELO, A. S.; KASSAR, M. C. M. Escolarização dos alunos da educação especial na política de educação inclusiva no Brasil. **Inclusão Social**, v. 11, n. 1, 2017.

RODRIGUES, S. M. **Educação inclusiva e formação docente.** São Paulo: Diversa, 2012.

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. **Docência na Educação Profissional e Tecnológica**, 2020. Disponível em: <<https://www.mundosenai.com.br/cursos/inscricoes-abertas/pos-grad-em-docencia-na-educacao-prof-e-tecnologic/>>. Acesso em 20 de setembro de 2020.

UNINTER. **Educação Especial e Inclusiva.** Uninter, 2020. Disponível em: <<https://www.uninter.com/pos-graduacao-ead/curso-educacao-especial-e-inclusiva/>>. Acesso em: 30 de novembro de 2020.

UNIVATES. **Docência na Educação Profissional (EAD) - 3ª Edição.** Univates, 2020. Disponível em <<https://www.univates.br/pos-graduacao/especializacao/101>>. Acesso em: 20 de setembro de 2020.

UNOPAR. **Novo curso de Licenciatura em Educação Especial.** BlogUnopar, 2020. Disponível em <<https://blog.unopar.com.br/licenciatura-educacao-especial/>>. Acesso em: 30 de novembro de 2020.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** Tradução Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 205 p, 2001.

Recebido: 18.02.2022
Aprovado: 30.07.2022